

## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / JUIZ DE FORA

Ata da 43ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), realizada aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e um, no auditório do IPPLAN. Às 8h e 45 minutos, o Presidente do CMAS Mário Albino Martins abriu a reunião saudando todos os conselheiros que direta ou indiretamente contribuíram para a realização da 1ª Conferência Municipal de Assistência Social. A conselheira Eloísa Elena pediu que se registrasse em ata os cumprimentos a toda Comissão Organizadora da Conferência. O Presidente Mário leu para a plenária o ofício encaminhado pelo Superintendente da AMAC, José Sóter de Figueirôa Neto, cumprimentando e saudando a todos pela organização da Conferência. A seguir passou-se para a leitura dos informes gerais pela Secretária Executiva Maria José Sinhoroto: 1) Ofício da SMAA indicando novo representante titular no Conselho, Soraia Augusta da Silva, permanecendo o suplente, Darci Teixeira Guimarães; 2) Ofício da SMS indicando os novos representantes no Conselho, sendo titular Maria Luiza Alvarenga Schubert e suplente Yolanda Dutra Lopardi; 3) Convite CMDCA para solenidade de posse da nova diretoria do Conselho, que acontecerá às 20h no IMEPP, no dia 05/07/2001; 4) Convite SPM Barbosa Lage para posse da nova diretoria em 06/07/2001 às 18:30h; 5) Convite para participação na 2ª reunião do Projeto Casa Abrigo às 14:30h, no dia 05/07/2001, no 1º andar da Av. Brasil 2001; 6) AMAC e CMDCA convidam para o lançamento do Diagnóstico Social - Infância e Juventude em Juiz de Fora, elaborado pela Faculdade de Serviço Social, com recursos do "Projeto de Olho no Futuro" - BNDES; 7) Convite do Granbery - Encontro Regional de Preservação e Revitalização Ferroviária; 8) Informativo Deputado Federal Eduardo Barbosa - Análise de Processos pelo CNAS, III Conferência Nacional de Assistência Social; 9) Informativo do Pró-Música; 10) Boletim Informativo da Guarda-Mirim. A seguir José Anísio, Coordenador do Pró-Idoso, fez um convite aos conselheiros para participarem da discussão sobre a revitalização do Conselho Municipal do Idoso, no dia 10/07/2001 às 14h no SESC. A seguir Mário Albino Martins, Presidente do CMAS, pediu licença à plenária para ler uma mensagem, dizendo que diante das acusações publicadas pelo jornal local, contra o Educandário Carlos Chagas, enquanto Coordenador sente necessidade de passar ao CMAS algumas explicações, que serão escritas na íntegra: "Como Presidente do CMAS me sinto no dever de prestar alguns esclarecimentos aos conselheiros quanto as denúncias que um jornal da cidade coloca sobre os trabalhos do Educandário Carlos Chagas: 1º- nossa diretoria já solicitou direito de resposta ao referido jornal, esclarecendo detalhadamente todos os fatos; 2º- no Educandário não existe, hoje, promiscuidade sexual. Tivemos sim, dois casos encaminhados pelo Conselho Tutelar já com DST e, imediatamente comunicamos a Vara da Infância e Juventude, conforme determina o ECA; 3º - alguns adolescentes foram encaminhados para o Educandário já com o vício de droga. O Educandário não é especializado para esse tipo de tratamento, daí a nossa proposta na I Conferência para que seja criado um Centro de Dependência Química. Há um ano atrás, já havíamos oferecido um imóvel para essa finalidade, mas o SUS não aceitou; 4º - o Benefício retirado foi referente ao mês de março, período que o Port. Deficiência estava vivo. A instituição é seu curador, portanto entendemos não ter feito nada de errado. Se o INSS nos provar que estamos errado, não haverá problema em devolver R\$151,00. Deixamos claro que temos 10 benefícios parados no INSS devido a morosidade da justiça, pois estes portadores estão na instituição a mis de 10 anos, alguns desde o 1º dia de vida e até hoje não temos a curatela definitiva; 5º - somos favorável a redução no número de atendimento, e estamos trabalhando para isso. Tanto é que a dois anos atrás tínhamos 112 internos e hoje temos 88. Nesse meio tempo, fizemos mais de 70 reintegração familiar. Mas os casos não param de chegar. O que nós somos contra é a redução dos valores repassados pelo convênio, sem reduzir o atendimento, isso seria uma forma de mascarar a situação. Entendo também, que a Portaria 2584 do SEAS deveria ser cumprida, nela estipula um valor mínimo para vários atendimentos, dentro eles os Abrigos. Sendo um percapta de R\$35,00 para criança e R\$60,00 para portador de deficiência. Hoje a proposta do município é de R\$31,80 para atender 40 crianças e com 3 anos de prazo para chegar a esse atendimento. Entendo que a proposta mais justa seria de repassar o valor real, e ir reduzindo, conforme o nº de atendimento for reduzido. Assim sendo, espero ter esclarecido a todos e deixo claro que não sinto que estou envergonhando o Conselho devido a essas denúncias infundadas e maldosas. Essas reportagens só serviram para colocar a minha vida e a de minha família em risco, quando abordaram que eu estou combatendo o tráfico de drogas. Sem mais, Mário Albino Martins." A seguir Maria José Sinhoroto fez a leitura de uma carta enviada ao CMAS pelo conselheiro Marcos Brega, solicitando providências junto ao Órgão Gestor para assegurar o cumprimento das deliberações da última plenária, dia 07/06/2001, acesso aos extratos do FMAS e prestação de contas nos formulários do MPAS/CNAS pelo Setor de Convênios. A seguir Mário passou para o próximo ponto da pauta que seria a prestação de contas dos recursos do PETI. Apresentou o parecer da Comissão de Avaliação e antes mesmo de terminar, foi interrompido pelo conselheiro Márcio Mansur que pediu licença ao Presidente dizendo que a situação do Educandário Carlos Chagas é urgente e que a pauta da reunião deveria voltar-se para esta questão, inclusive questionando ao Presidente quais as providências que estão sendo tomadas pela direção do Educandário. A conselheira Maria Valéria pediu licença, endossando as palavras do conselheiro Márcio, mostrando também a sua preocupação no tocante ao modelo assistencial do município de Juiz de Fora, dizendo que o CMAS tem que colocar o dedo na ferida, pois o Educandário Carlos Chagas é uma Entidade tradicional em Juiz de Fora, devendo o CMAS se posicionar. Mário disse que assumiu a Coordenação do Educandário em maio de 1998 e não estão mascarando nem escondendo os problemas que realmente ocorrem. A conselheira Maria Imaculada se posicionou, reforçando as colocações dos conselheiros Márcio e Mª Valéria, dizendo que também estava preocupada com a situação. Imaculada colocou ainda sobre a sua surpresa ao ler o jornal no dia seguinte à Conferência Municipal da Assistência Social, onde o Presidente exibiu o crachá da Conferência. Considerou que não se deveriam misturar os assuntos, e que a entrevista não deveria ser dada no local da Conferência. O conselheiro Marcos Brega disse que cabe ao CMAS verificar a situação, mostrando a isenção do CMAS, se posicionando enquanto Conselho. O conselheiro Mariano disse que o CMAS precisa ter uma posição clara, criando uma comissão paritária entre os

conselheiros, tomando uma posição, sendo que a reunião para tal não deve ser presidida pelo atual Presidente, mas pelo Vice. Mariano disse que precisamos estar integrando nosas ações junto aos outros Conselhos e Conselhos Tutelares. A conselheira Ana Paula esclareceu sobre o Projeto de Políticas de Abrigo, que em 1998 houve uma ação das políticas de Abrigo com a própria redução do número de atendidos. Ana Paula também fez uma moção de repúdio ao papel do poder judiciário e da Promotoria Pública que ainda não assumiu a política de abrigo como uma frente de política institucional em Juiz de Fora. Ana Paula falou que existe uma Comissão Interinstitucional para acompanhamento da política de abrigo nos programas da AMAC. Às 9:40 horas o Presidente do CMAS pediu licença para se retirar e a Vice-Presidente Ana Paula passe a assumir a Presidência da reunião. A conselheira Eloísa Elena disse que a reportagem se deu mais por causa do combate ao tráfico de drogas. O conselheiro Luiz Sérgio se manifestou dizendo que sempre houve muita seriedade no trabalho do Educandário Carlos Chagas, com depoimento de situação particular. O conselheiro Márcio Mansur disse que o CMAS tem que ser imparcial, tendo uma seriedade maior na conduta deste processo, sugerindo como prioridade no ponto de pauta. A conselheira Lucimar reforçou que se o assunto for deixado para outra reunião, o CMAS estaria perdendo tempo e oportunidade de se manifestar, sugerindo ainda que a plenária aprovasse o acréscimo de pelo menos 30 minutos ao final da reunião para que este assunto fosse discutido. Foram apresentados então duas propostas: a primeira seria de suprimir a pauta do dia, mudando para a discussão sobre a questão do Educandário Carlos Chagas; a segunda proposta seria para que fosse mantida a pauta de reunião, acrescentando 30 minutos ao final para discussão sobre o Educandário Carlos Chagas. A segunda proposta venceu por 10 votos a favor e 2 votos contra. A seguir deu-se continuidade ao ponto de pauta que era sobre a prestação de contas do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). A Coordenadora do programa Rita Fajardo prestou alguns esclarecimentos sobre o mesmo para a plenária. Em seguida, Ana Paula colocou em votação a prestação de contas do PETI, sendo a mesma aprovada por unanimidade. A seguir a Secretária Executiva do CMAS e também participante do treinamento realizado em Belo Horizonte para revisão do BPC (Benefício de Prestação Continuada). Maria José Sinhoroto começou a explanação apresentando o prazo para a realização da 2ª revisão no município, até 30 de agosto de 2001, benefícios concedidos no período de 01/05/97 a 31/12/98. Prestou esclarecimentos à plenária juntamente com as Assistenciais Sociais Cristina Mariquito Salomão e Magda Cristina Ferreira. Encerradas as explicações e esclarecidas as dúvidas, a Vice-Presidente do CMAS, Ana Paula agradeceu a participação das duas Assistentes Sociais. Ana Paula passou a seguir para a questão do Educandário Carlos Chagas, abrindo inscrições para as pessoas que gostariam de apresentar propostas. O conselheiro Marcos Brega propôs a criação de uma Comissão do CMAS para ir até o Educandário Carlos Chagas, emitindo um parecer, divulgando a situação do mesmo. A conselheira Lucimar sugeriu que o CMAS tenha uma representação na Comissão interinstitucional da política de abrigo. O conselheiro Márcio Mansur disse que a sugestão da conselheira Lucimar é válida. Desde que a Comissão esteja dando prioridade à questão do Educandário Carlos Chagas. A conselheira Maria Valéria propôs que a Comissão de fiscalização seria do próprio CMAS, sugeriu também o afastamento interinamente do Presidente do CMAS das suas atribuições no Conselho. A conselheira e também Presidente da reunião, Ana Paula, acha que não seria oportuna a votação de uma proposta para afastamento do Presidente do CMAS Mário Albino Martins sem a presença do mesmo na reunião. O conselheiro Luiz Sérgio propõe também que se tire uma Comissão para avaliação da questão do Educandário Carlos Chagas. A conselheira Eloísa propõe que tudo seja divulgado após a apuração feita pela Comissão de fiscalização. Após discussão e votação, as propostas aprovadas foram: 1º) criação de uma comissão provisória do CMAS para acompanhar e fiscalizar a situação do Educandário Carlos Chagas – aprovado por unanimidade, tendo sido indicados os conselheiros Marcos Brega, Maria Valéria Andrade, Maria Luíza Alvarenga e Soraia Augusta para compor a comissão; 2º) indicação de um conselheiro para participar da comissão interinstitucional da política de abrigo no município – aprovada por unanimidade, sendo indicada a conselheira Eloísa que mostrou disponibilidade para participar da mesma; 3º) que a proposta de afastamento do Presidente do CMAS seja feita em reunião extraordinária com a presença do mesmo – também aprovada por unanimidade; 4º) que os resultados da comissão de acompanhamento e fiscalização seja divulgado no relatório final – aprovada também por unanimidade. Devido a urgência da questão a ser tratada, ficou marcada para amanhã, 06/07/2001 às 10:30h, caso o Presidente do CMAS Mário Albino Martins tivesse disponibilidade para tal. A próxima reunião extraordinária do CMAS, já agendada, acontecerá dia 19/07/2001 às 8:30h no auditório do IPPLAN, com o seguinte ponto de pauta: relato da comissão provisória de acompanhamento e fiscalização no Educandário Carlos Chagas. Às 11:00h Ana Paula encerrou a reunião. Eu, Silvana de Oliveira Galliano, 1ª Secretária do CMAS, assino a presente ata com os demais conselheiros, após lida e aprovada.